

## A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA: a urgência da pesquisa científica e organizacional

*João Batista da Silva\**

**RESUMO:** A segurança pública ainda não obteve seu devido *status*, enquanto conhecimento científico com suas próprias especificidades. Este *paper* evidencia a urgência da legitimação da segurança pública, no meio acadêmico e institucional, como área específica de conhecimento, destaca a importância dessa produção e divulgação a partir de pesquisadores policiais e enfatiza o processo de profissionalização dessa atividade.

**Palavras-chave:** Segurança pública. Produção científica. Profissionalização.

## THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE IN PUBLIC SECURITY: the urgency of scientific and organizational research

**ABSTRACT:** The public security, still, did not obtain its due status as scientific knowledge with its own specificities. This paper evidences the urgency of legitimizing public safety, in the academic and institutional environment, as a specific area of knowledge, highlighting the importance of this production and dissemination from police investigators, also emphasizing the professionalization process of this activity.

**Keywords:** Public security. Scientific production. Professionalization.

---

\* Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte é, também, Mestre e Graduado em Ciências Sociais pela mesma Universidade. Especialista em Segurança Pública/Estácio de Sá, especializando-se, ainda, em Polícia Comunitária pela UFRN. Atualmente, ocupa o cargo de Major da Polícia Militar do estado do Rio Grande do Norte, na função de chefe da Seção de Aperfeiçoamento e Especialização da Diretoria de Ensino da Corporação. É membro fundador do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP), de cujo Conselho Editorial faz parte. E-mail: jbsbrown@yahoo.com.br e Blog.: [segurancaeducacaoecultura.blogspot.com.br](http://segurancaeducacaoecultura.blogspot.com.br).

## 1. INTRODUÇÃO

A produção do conhecimento nas mais diversas áreas tem sido uma preocupação de estudiosos e pesquisadores, sobretudo na perspectiva de estabelecer uma base sistemática norteadora de pesquisa que tenha respaldo acadêmico e institucional. Neste sentido, e considerando que a segurança pública tenha se tornado objeto de estudo científico, apenas, a partir da segunda metade do século XX<sup>1</sup>, este *paper*, busca, mesmo que de forma breve, dada às limitações espaciais, demonstrar, sumariamente, a urgente necessidade da produção e divulgação científica que oriente e sirva como parâmetro aos profissionais da segurança pública que, via de regra, para operacionalizarem suas produções acadêmicas e/ou organizacionais utilizam-se de pesquisas de outras áreas de conhecimento.

Independentemente do enfoque teórico adotado, reconhecer a segurança pública como uma área específica de conhecimento que deve dispor de pesquisadores com *expertise* própria, parece ser condição *sine qua non* para *profissionalização*<sup>2</sup> desse grupo ocupacional<sup>3</sup>, pois “seguindo o exemplo de todos os outros serviços e profissões, esta requer a construção, dentro e em torno da polícia, de todo um conjunto de atividades que estejam associadas à escolaridade, ao estudo e à pesquisa,<sup>4</sup> bem como contar com um *locus* adequado para produção e divulgação do conhecimento em segurança, mesmo concebendo que a atividade policial é de caráter inter, trans e multidisciplinar.

<sup>1</sup> Monjardet (2003); Bittner (2017).

<sup>2</sup> Destaca-se a *profissionalização* não como um aspecto apenas identitário, estático, a ser alcançado, mas como um processo dinâmico que uma atividade ocupacional, mesmo tendo atingido tal parâmetro, precisa permanecer se aperfeiçoando, adequando-se às transformações sociais (SILVA, 2017a).

<sup>3</sup> Poncioni (2014).

<sup>4</sup> Bittner (2017, p. 301).

Dado aos fatores epistemológicos elencados, bem como o contexto, no Brasil, em que os índices de violência e criminalidade são elevadíssimos,<sup>5</sup> um grupo de estudiosos e pesquisadores, especialmente, constituído por policiais militares, presentes em quase todas as unidades federativas, criaram em 2017 o Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP), que é formado de doutores, em diversas áreas do conhecimento científico, especialmente nas ciências humanas, e que se dedicam à pesquisa no campo segurança pública.

Este artigo é a consolidação do IBSP, pois faz parte da divulgação de teorias desenvolvidas por esses pesquisadores, que apontam diversos aspectos da atividade policial, evidenciando o quão difícil é estabelecer a profissionalização de uma atividade ocupacional, em particular, a policial, pois além das normalizações institucionais esta passa por processos na tessitura social que compreendem, aspectos políticos, ideológicos, científicos, econômicos, filosóficos e éticos até se estabelecer enquanto profissão.<sup>6</sup>

## 2 PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO POLICIAL

Para o estabelecimento de uma atividade ocupacional, enquanto profissão, de acordo com a Sociologia as profissões (DUBAR, 1997; FREIDSON, 2016), faz-se necessária a racionalização de conhecimento, que é concomitantemente a produção, sistematização de pesquisa científica, formação e especialização continuada em estabelecimentos próprios, entre outros aspectos, o que ocorreu na maioria das profissões devidamente reconhecidas, atualmente.

No que se concebe enquanto segurança pública contemporânea, esse processo ocorreu com o estabelecimento do modelo moderno de polícia, por volta do

<sup>5</sup> FBSP (2016).

<sup>6</sup> Freidson (2016).

século XIX, perpassando as grandes transformações sociais e tecnológicas até sua atuação nos dias atuais. Esse percurso, portanto, histórico, social e cultural pode ser entendido como um processo de *profissionalização*, especialmente sob a ótica de pesquisadores como Silva (1990), Greene (2002) e Bayley (2006), que descrevem como as instituições policiais percorreram a busca desse *status* profissional.

Em outra perspectiva, pesquisas dão conta de que esse nível profissional, ainda, não fora alcançado pelas corporações policiais, em face de uma série de fatores. Isso se observou no Brasil, especialmente, a partir dos estudos de Silva (1990), após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que discute o papel da polícia brasileira, tendo como *background* a abordagem da relação dialética entre o profissionalismo e o amadorismo da polícia no país. Caldeira (2003), por seu turno, contesta, por exemplo, as ações policiais militares no estado de São Paulo.

Com a burocratização do Estado moderno e a necessidade desse aparelho de Estado (ALTHUSSER, 1974), a polícia atuando de forma mais sistematizada, após a Revolução Industrial, as corporações policiais passam por um processo de racionalização. Importam aqui: a especialização dessas instituições e sua *profissionalização* (BAYLEY, 2006).

Nesse contexto, fundamentam-se as teorias aqui formuladas na perspectiva da Sociologia das profissões de Dubar (1997) e a partir das fundamentações de Freidson (2016), bem como a partir de Ramalho, Nuñez e Guathier (2004) que consideram três categorias basilares para a profissionalização de uma atividade ocupacional: profissionalidade, profissionalismo e profissionalização. As impressões, brevemente, expostas neste artigo, foram estabelecidas nas pesquisas de Silva (2016; 2017b; 2017a<sup>7</sup>).

<sup>7</sup> Esta questão é colocada a partir da experiência da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN), *locus* analisado por Silva (2017a) para auferir se atividade policial-militar já cumprira os requisitos estabelecidos na Sociologia das profissões e nas

De acordo com Silva (2017a), apesar das primeiras pesquisas acerca de segurança pública, principalmente, na Europa e nos EUA, datarem de meados do século XX, no Brasil, estas apenas dão seus primeiros passos a partir dos anos 1980, com desdobramentos, especialmente após a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988), sobretudo com a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

A *profissionalização* que Greene (2002) defende é a forma, meio e processo, pelo qual a corporação policial e seus membros adquirem o *status* de instituição legal e legitimamente reconhecida pela sociedade (BAYLEY, 2006). Nesse sentido, as proposições defendidas por Bayley acerca de uma polícia profissional e não-profissional são relevantes em contraposição às considerações de Silva (1990), Caldeira (2011) e Poncioni (2005; 2007), porque aquele enfatiza esse processo dinâmico e sua contribuição para construção de um arcabouço teórico e científico de *profissionalização* da polícia brasileira. São, portanto, os aspectos da *profissionalização* e especialização que vão constituir a identidade da polícia moderna nas instituições policiais que foram criadas e/ou reorganizadas nos moldes contemporâneos, no final do século XIX, em especial, a europeia e a norte-americana.

Nesse contexto, evidencia-se que o saber policial-militar, como artefato de *profissionalização* de um corpo ocupacional, não pode ser apenas prático, mas precisa ser embasado cientificamente, institucionalizando-se em conhecimento profissional, especialmente na perspectiva de abordagem da conduta profissional desse *métier* (DUBAR, 1997).

### 3 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO EM SEGURANÇA PÚBLICA

No Brasil, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações

normas reguladoras (BRASIL, 2008) para ser reconhecida profissionalmente.

(CBO), as profissões são legalmente conferidas aos profissionais de nível superior, formados em estabelecimentos oficiais, públicos e privados, reconhecidos (BRASIL, 2008). Nesse contexto, além das concepções de *profissionalização* de Claude Dubar são importantes as definições de competência de Perrenoud (1999), como aptidão ou capacidade de mobilizar saberes, em especial, àqueles que devem ser desenvolvidos para solução de problemas (NÚÑEZ; RAMALHO; GUATHIER, 2004).

A sistematização e/ou racionalização do conhecimento no campo da atividade policial ocorre, incipientemente, de acordo com Greene (2002), a partir da Revolução Industrial e perpassa a metade do século XX, quando em virtude de vários fatores, mas principalmente, a partir da elevação dos índices de violência e criminalidade e falta de resolutividade por parte das agências policiais (BITTNER, 2017), as pesquisas nas polícias europeias e americana defendidas por estes autores apontam alguns aspectos que são o ponto de partida para produção de conhecimento, *profissionalização* e especialização das polícias. Nesse sentido, há três fontes de conhecimento na atividade policial: 1) experiência no trabalho; 2) julgamentos de valor e opiniões de especialistas da polícia; e 3) teoria e técnica emprestadas de outras disciplinas.

No Brasil, a partir de 2003, com a implementação da Matriz Curricular Nacional (BRASIL, 2014), para formação e requalificação dos operadores de segurança pública, os paradigmas da seleção, formação, fiscalização e *profissionalização* têm mudado, tendo em vista que a formação básica para os policiais militares e civis tornou-se mais consistente, adotando um parâmetro nacional, contrapondo-se a uma das principais críticas de Bayley (2002), sobretudo aos aspectos da uniformização, sistematização e padronização de conhecimentos, integralização do currículo profissional e especialização.

De acordo com Poncioni (2007), mesmo que isso deva ser avaliado como um avanço, especialmente após a

redemocratização do país tornou-se um desafio à formação de um policial na perspectiva de um novo modelo profissional, tendo em vista que as políticas implementadas no país, nas duas últimas décadas, não significaram a efetivação de um policial mais profissionalizado que legitimasse seu mandato, enquanto agente público, suficientemente, formado para atender às atuais demandas sociais (PONCIONI, 2016).

Diante desse desafio em busca de uma segurança pública, dotada de paradigmas próprios, em particular, na atividade policial-militar, Silva (2007), ao estudar os saberes profissionais do policial militar no Estado do Rio Grande do Norte descreve seis modelos de saberes dessa atividade profissional, concordantes com Bayley (2002): 1. trabalhar questões relativas à ordem pública; 2. atuar contra a criminalidade; 3. defender pessoas e patrimônios; 4. atuar preventivamente pelo policiamento ostensivo; 5. trabalhar problemas de outrem em apoio; e 6. atuar em problemas críticos, que precisam ser cientificamente estudados e exaustivamente testados para cada vez mais dinamizar o processo de especialização e *profissionalização* da atividade policial.

#### 4 CONCLUSÃO

A partir desse panorama é que se concebe que é premente a institucionalização de um *locus* produtivo e de divulgação de conhecimento científico acerca de segurança pública, que seja desprovido de ideologias e comprometido com o rigor e o método científicos, sobretudo no sentido de diagnosticar problemas desse campo de conhecimento, com o objetivo de romper com paradigmas institucionais e/ou acadêmicos que não atendem às problemáticas contemporâneas<sup>8</sup>.

Em suma, houve, de fato, um divisor de águas na produção científica nas duas últimas décadas do século passado e

---

<sup>8</sup> Silva (2017b).

primeiras deste<sup>9</sup>, sobretudo a partir da institucionalização da SENASP, o que possibilitou uma série de políticas e ações em âmbito nacional, bem como a partir da criação de espaços de produção acadêmica sobre segurança, como o Instituto Brasileiro de Segurança Pública<sup>10</sup>, criado desde 2017 e, também, da produção e diversas teses e dissertações, frutos de pesquisas realizadas por cientistas sociais e de um número crescente de profissionais da segurança pública<sup>11</sup>.

Cada vez mais os que praticam esse labor profissional estabelecem-se enquanto pesquisadores sociais e, como operadores da segurança pública, estão aptos a colaborar com seus estudos, com base epistemológica consistente, capaz de contribuir para a produção do conhecimento científico tornando possível a legitimação de um mandato policial com identidade, cultura e protocolos institucionais científicos e socialmente aceitos, enquanto atividade profissionalizada.

---

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Este veículo de divulgação de trabalhos científicos acerca da segurança pública no país, produzidos por cientistas sociais e, também, por profissionais da própria segurança pública tem contribuído de forma significativa, pois abriu um canal perene de discussão acerca desse campo de conhecimento, muitas vezes estereotipado, outras vezes, desconhecido e/ou satanizado por resquícios ideológicos que, infelizmente, ainda permeiam parte das universidades brasileiras.

<sup>11</sup> Silva (2017a).

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Luís. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa, Presença, 1974.
- BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa**. (Trad) René Alexandre Belmonte. São Paulo: EDUSP, 2006. (Série Polícia e Sociedade, n. 1).
- BITTNER, Egon. **Aspecto do trabalho policial**. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2017.
- BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações**. 2ed. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2008.
- BRASIL, Secretaria Nacional de Segurança Pública/Senasp Ministério da Justiça Secretaria Nacional de Segurança Pública/Senasp. **Matriz curricular nacional para a formação em segurança pública**. Coordenação-geral de ensino. Brasília: Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, SENASP, 2014.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A polícia: uma longa história de abusos. In: Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Trad. Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2011.
- DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades profissionais**. (Trad.) Annette Pierrette R. Botelho e Estela Pinto Ribeiro Lamas. 2ed. Portugal: [s.e.], 1997.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública**. Renato Sérgio de Lima (Org.). São Paulo: FBSP, 2016.
- FREIDSON, Eliot. **Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais**. Tradução de João Roberto Martins Filho. Disponível em: <[http://www.cff.org.br/userfiles/60%20-%20FREIDSON%20E%20%20Para%20uma%20analise%20comparada%20das%20profissoes\\_1996.pdf](http://www.cff.org.br/userfiles/60%20-%20FREIDSON%20E%20%20Para%20uma%20analise%20comparada%20das%20profissoes_1996.pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2016.
- GREENE, Jack R. **Administração do trabalho policial: questões e análises**. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Edusp, 2002 (Coleção Polícia e Sociedade, n. 5).
- PERRENOUD, Philippe. **Construindo competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- PONCIONI, Paula. Tendências e desafio na formação profissional do policial no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. v. 1, n. 1, p. 22-31, 2007.
- PONCIONI, Paula. Identidade profissional policial. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.
- PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do estado do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 585-610, set.-dez. 2005. Disponível em:<

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922005000300005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922005000300005)>. Acesso em: 19 jan. 2016.

RAMALHO, Betânia; NUÑEZ, Isauro Beltrán; GAUTHIER, Clemont. **Formar o professor, profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios**. Porto Alegre: 2ed. Sulinas, 2004.

SILVA, Jorge da. **Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

SILVA, Sairo Rogério da Rocha e. **Os saberes em potencial da atividade policial ostensiva: sistematizando modelos a partir da experiência potiguar**. 2007. Tese. (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Programa em Pós-graduação em Educação.

SILVA, João Batista da. **Profissionalização policial-militar: a tomada de decisão como conhecimento e saber profissional na PMRN**. 2017a. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Programa em Pós-graduação em Educação.

\_\_\_\_\_. **Formação policial-militar no século XXI: diagnósticos e perspectivas**. Natal: Fundação José Augusto, 2017b.

\_\_\_\_\_. **Formação policial e o processo de profissionalização nas Polícias Militares brasileiras: uma análise a partir da experiência na Polícia Militar do Rio Grande do Norte**. II Encontro Nacional de Pesquisas e Práticas em Educação – II ENAPPE. Linha Temática: Formação e Prática Docente. Disponível em:<<http://www.2enappe.ce.ufrn.br/enappe/?p=591>>. Acesso em: 01 jun 2016.